

SAT



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
CAIXA POSTAL 1669 — ENDEREÇO TELEGRÁFICO «EDINEP»
RIO DE JANEIRO — GB

Ct. SAT nº 550/70

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1970.

Ilma. Sra.
Profa. Lúcia Marques Einheiro
DD. Diretora da DAM do CEPE
INEP — 10ª andar
N E S T A

Senhora Diretora:

Tenho a grata satisfação de encaminhar a V. Sa. um exemplar do relatório final das atividades desenvolvidas pelo Projeto MEC-INEP/UNICEF/UNESCO durante o II Plano de Operações (1967/1969), com o qual colaborou essa Divisão.

Cordialmente,

PROF.ª NORMA CUNHA OSÓRIO
Coordenadora
do
Projeto MEC-INEP/UNICEF/UNESCO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
EQUIPE DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
PROJETO-COMJUNTO MEC-INEP/UNICEF/UNESCO

RELATÓRIO FINAL DO II PLANO DE OPERAÇÕES

1967 - 1969

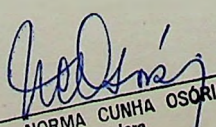
HISTÓRICO DO PROJETO-COMJUNTO MEC-INEP/UNICEF/UNESCO

Da participação do Governo Brasileiro na Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico, realizado em Santiago do Chile, em março de 1962, sob o patrocínio da UNESCO, decorreram, entre outros resultados, o apoio técnico e financeiro de vários organismos internacionais aos projetos apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), de criação de Centros de Formação de Professores Primários em novos moldes, bem como aos projetos de planejamento educacional, nas esferas federal e estadual, e de ampliação e melhoria do ensino elementar.

A 1ª de julho de 1963, foi celebrado um convênio entre o Governo Federal, através do MEC, o UNICEF (*) e a UNESCO (**) com o objetivo de ampliar o trabalho que o INEP já vinha realizando no campo do aperfeiçoamento do magistério primário e normal. Foi elaborado então um "Plano Mestre de Operações para um Projeto de Educação Primária e Normal no Brasil", cuja vigência se estendeu por três anos, abrangendo o período de 1963/65. Um Termo de Aditamento, assinado em 8/7/66, prorrogou a vigência do Plano Mestre de Operações até 31 de dezembro de 1966.

(*) UNICEF - (UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND) - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

(**) UNESCO - (UNITED NATIONS FOR EDUCATION, SCIENCE AND CULTURE ORGANIZATION) - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.


PROF. NORMA CUNHA OSÓRIO
Coordenadora
do
Projeto MEC-INEP/UNICEF/UNESCO

Dispostos a renovar o acôrdo mútuo, o MEC, o UNICEF e a UNESCO assinaram, em janeiro de 1967, o compromisso de desenvolver um nôvo Plano de Operações, no período de 1º de janeiro de 1967 a 31 de dezembro de 1969.

Para dar cumprimento às metas previstas pelo II Plano de Operações, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e as Agências Internacionais celebraram, em 1967, acordos com os Estados de Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Paraíba, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina. Entretanto, a partir de 1968, ficou decidido que o Projeto passaria a beneficiar outras Unidades da Federação, dentro dos limites dos recursos disponíveis. Finalmente, em 1970 foi outra vez renovado o acôrdo, tendo sido firmado o III Plano de Operações do Projeto-Conjunto MEC-INEP/UNICEF/UNESCO, a ser desenvolvido no período de 4 anos, de 1º de janeiro de 1970 a 31 de dezembro de 1973.

Apresentamos, a seguir, o relatório das atividades do II Plano de Operações (1967/69).

1. OBJETIVOS

Os objetivos específicos do II Plano de Operações foram:

- a) Contribuir para melhorar as condições de preparo dos 127.900 professores leigos (nãõ normalistas) que representavam aproximadamente a metade do magistério primário brasileiro.
- b) Formar novos professores para atender ao imperativo de escolarização total, segundo os compromissos internacionais assumidos em 1961 e 1962, respectivamente nas Conferências de Punta del Este e Santiago do Chile, tendo em vista que, em 1964, o deficit escolar primário, considerada a população de 7 a 14 anos, era de 4.700.000 crianças.
- c) Estudar e sugerir nova estrutura para as Escolas Normais (de 1ª e 2ª ciclos) que promovesse, ao mesmo tempo, uma formação mais adequada e mais eficaz dos professores ainda necessários ao plano de escolarização.

- d) Concorrer para aumentar o rendimento pedagógico da escola de várias séries e um só professor, unidade escolar básica e preponderante no meio rural.
- e) Acelerar a instalação das classes de 5ª e 6ª séries primárias (para alunos de 12 a 14 anos) preparando professores em número suficiente e equipando as oficinas de artes industriais e domésticas.
- f) Dotar os Centros de Treinamento do Magistério de material didático atualizado, tornando possível o exercício de uma verdadeira pedagogia moderna.

2. PARTICIPAÇÃO DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

Para o atingimento dos objetivos fixados, contou o INEP com a assistência técnica da UNESCO e financeira do UNICEF.

a) Assistência prestada pela UNESCO:

A assistência técnica da UNESCO consubstanciou-se no envio de peritos que atuaram como contrapartes da Coordenadora Federal do Projeto, como consultores, professores e avaliadores.

De conformidade com o disposto no II Plano de Operações, exerceram a função de assessores técnicos do Projeto: o perito Angel Diego Marquez, até abril de 1968, substituído depois pelo Sr. José Maria Plana-Sala. Tais peritos deslocaram-se, em visitas periódicas, aos diversos Estados do País, assessorando as autoridades nacionais no planejamento e desenvolvimento dos cursos, bem como na coordenação geral das atividades do Projeto.

Em decorrência, ainda, dos compromissos que assumira, a UNESCO proporcionou a colaboração do perito itinerante Alejandro Covarrubias, que ministrou cursos com o objetivo de atualizar os conhecimentos de supervisores e professores quanto a métodos, técnicas e recursos didáticos adequados a classes multigraduadas em escolas unidocentes do meio rural. Foram dois êsses cursos, que contaram com a participação de bolsistas de vários Estados:

- curso realizado no Instituto Superior de Educação Rural (ISER), Fazenda do Rosário, Estado de Minas Gerais, em 1967.

- curso realizado no Centro de Treinamento do Magistério de Inhumas, Estado de Goiás, em 1969.

Contou também o II Plano de Operações com o concurso do Perito Consultor Roberto Posso que procedeu, em setembro de 1967, a uma avaliação das atividades empreendidas em função do Projeto-Conjunto até aquela data.

Poderíamos, ainda, destacar a participação do perito itinerante, Sr. Guilherme Fernandez, vindo ao Brasil por duas vezes, como consultor para elaboração do III Plano de Operações, nos anos de 1969 e 1970.

Entre os compromissos da UNESCO a serem assumidos durante o II Plano de Operações, constava a elaboração de um Projeto UNESCO de criação de uma Escola Normal Superior padrão, destinada a formar professores para as Escolas Normais de nível médio.

Entretanto, a não existência de previsão para esse tipo de instituição na legislação do ensino brasileiro, dificultou sua criação. Houve, mesmo, autoridades educacionais contrárias à idéia, pois já se preparava o desdobramento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, com o conseqüente surgimento das Faculdades de Educação. A Lei nº 5.540/68 e sua regulamentação vieram atribuir os objetivos da proposta Escola Normal Superior às Faculdades de Educação.

b) Assistência prestada por UNICEF:

A assistência financeira do UNICEF foi prestada sob a forma de doação de estipêndios para bolsas de estudos, material didático para os Centros de Treinamento e suas escolas de aplicação, material para oficinas e setores de trabalho das escolas de aplicação. (Ver anexo 4).

O material fornecido pelo UNICEF constituiu-se, principalmente, em material didático escolar diverso, auxílios audiovisuais e equipamento para dormitório, lavanderia, copa e cozinha dos Centros de Treinamento.

Além disso, proporcionou o UNICEF honorários, passagens e ajuda de custos para o Coordenador Federal do Projeto.

A assistência financeira do UNICEF totalizou, nos três anos (1967/1969), Cr\$ 2.486.466,00, assim distribuídos:

- Equipamento e material didático	Cr\$ 500.088,00
- Estipêndios de bôlsas de estudo, honorários e ajuda de custos ..	Cr\$1.986.378,00

3. PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO

No Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) foi o órgão responsável pela administração e coordenação do Projeto, tendo mobilizado os recursos humanos e materiais necessários ao atingimento dos objetivos previstos e dos compromissos assumidos.

A Coordenação Federal do Projeto, durante o II Plano de Operações estêve, primeiramente, a cargo da Profa. Stella da Cunha Santos, que exerceu suas funções até outubro de 1968, quando assumiu a Coordenação do Projeto a Profa. Norma Cunha Osório.

A partir de 1969, com a criação do Serviço de Assistência Técnica (S.A.T) do INEP, a Coordenação Federal do Projeto MEC-INEP/UNICEF/UNESCO passou a integrar a Equipe de Aperfeiçoamento de Pessoal, do referido Serviço.

Além de um Coordenador Federal, o INEP designou, para coordenar as atividades do Projeto em alguns Estados, os Coordenadores Estaduais dos Cursos, indicados pelas respectivas Secretarias de Educação. Exerceram essa coordenação estadual os seguintes professores:

Ignês de Vasconcellos Dias - Amazonas
 Sônia Seabra, Margarida Maria de Jesus e Maria Lucy
 Ferreira - Goiás
 Idelzuith Gomes de Sá - Paraíba
 Anneti Vitali Calil - Espírito Santo
 Leonor Lezan - Paraná

Contrapartida do Governo Federal.

Nos termos dos compromissos assumidos com as agências internacionais participantes do Acôrdio, o MEC, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, proporcionou aos Peritos da UNESCO destacados para o Projeto, transporte para a execução de suas fun

ções em território nacional; prestou-lhes assistência administrativa e secretarial, incluindo os serviços de secretária-datilógrafa bilingüe. Custeou, conforme o disposto no Acôrdo, tôdas as despesas decorrentes da armazenagem e transporte dos equipamentos e materiais fornecidos pelo UNICEF, a partir do momento em que desembarcaram no Brasil; responsabilizou-se pelo pagamento de salários do pessoal federal a serviço do Projeto e de gratificações a funcionários estaduais; complementou, quando necessário, os estipêndios para bôlsas de estudo; custeou passagens para deslocamento dos bolsistas e forneceu aos Cursos material didático e de expediente. Além disso, custeou parte das despesas administrativas do Escritório do UNICEF no Brasil e obrigou-se ao pagamento da cota-perito a serviço do Projeto.

A despesa realizada pelo INEP em função do Projeto, no período 1967-1969, pode ser assim resumida:

- Contribuição para auxiliar nas despesas administrativas com o escritório da Representação do UNICEF no Brasil	Cr\$ 240.000,00
- Contribuição para a ONU pela cota-perito a Serviço do Projeto	24.000,00
- Manutenção dos cursos e da Coordenação do Projeto (incluindo passagens do Perito em Território Nacional), armazenagem e transporte de material doado	<u>5.113.816,98</u>
TOTAL	Cr\$5.377.816,98

Em decorrência dos Acordos de Adesão dos Estados ao II Plano de Operações, assumiu o INEP o compromisso de financiar a construção dos seguintes Centros de Treinamento em terrenos doados pelos Estados:

- C.T.M. de Curitiba (PR)
- C.T.M. de Cuiabá e C.T.M. de Campo Grande (MT)
- C.T.M. de Chapecó (SC)
- C.T.M. de Manaus (AM)

Dêsses, concluiu-se a construção do C.T.M. de Curitiba e foram iniciadas as obras dos demais, com exceção do C.T.M. de Manaus, cuja construção ficou adiada.

Contrapartida dos Estados

Aos Estados que se beneficiaram do Projeto coube o pagamento do salário, ajudas de custo e diárias do Coordenador Estadual no âmbito do Estado; salários do pessoal docente à disposição dos Cursos e Centros vinculados ao Projeto; salários dos professores-bolsistas e respectivos substitutos durante a realização dos cursos; conservação e reparo dos prédios dos Centros de Treinamento, bem como ampliação e construção de anexos aos mesmos; conservação, reparação e manutenção dos veículos fornecidos pelo UNICEF ou postos à disposição do Projeto nos Estados.

Centros e Cursos vinculados ao Projeto

Além do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e dos Centros Regionais do INEP - Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Salvador - uma rede de Centros de Treinamento do Magistério e de cursos isolados vincularam-se ao Projeto para a realização das atividades previstas. Foram êles:

C.T.M. de Inhumas, C.T.M. de Catalão e C.T.M. de Morrinhos (GO)
 C.T.M. de Souza, C.T.M. de Alagoa Grande e C.T.M. de Sapé (PB)
 C.T.M. de Propriá (SE)
 C.T.M. de Colatina (ES)
 C.T.M. de Coxipó da Ponte, Cuiabá (MT)
 Centro Educacional de Maceió, Maceió (AL)

iii Cursos isolados:

Casa da Criança, Curitiba (PR)
 Convento do Preciosíssimo Sangue, Manaus (AM)
 Centro Anísio Teixeira, Fortaleza (CE)
 Fazenda do Rosário, Ibirité (MG)
 SEC, Natal (RN)
 SEC, Vitória (ES)

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E FORMAS DE AÇÃO

As atividades desenvolvidas durante o II Plano de Operações agiram em torno do planejamento, realização e avaliação dos cursos relacionados no Anexo 1, cujas modalidades a seguir são descritas.

a) Formação de professores supervisores

Curso destinado a professores normalistas de 2º ciclo, com 3 anos de experiência docente, pelo menos. Seus objetivos:

- 1) preparar supervisores de ensino primário habilitados a dar assistência aos professores leigos, especialmente os que receberam treinamento em cursos do Programa de Aperfeiçoamento de Professores (PAMP), do Departamento Nacional de Educação (DNE), a fim de melhorar o nível cultural e profissional desse magistério de emergência, capacitando-os a adotar técnicas, processos e materiais didáticos propícios ao êxito da ação educativa;
- 2) preparar os supervisores para atuar como elementos de ligação entre os municípios e a Secretaria de Educação;
- 3) preparar os supervisores para o papel de líderes na comunidade em que servem. Os bolsistas considerados aptos para a função, após a conclusão do curso, são aproveitados pelas respectivas Secretarias na supervisão de um grupo de 10 leigos, em regime de tempo integral, recebendo para isso uma suplementação do D.N.E.

Foram preparados pelo II Plano de Operações, 669 professores-supervisores. Além desses, o Projeto preparou 35 orientadores de ensino, em Vitória (1969) e aperfeiçoou 29 professores-supervisores, em Manaus (1968). (Ver anexos 1, 2 e 3)

b) Treinamento e aperfeiçoamento de diretores de escolas primárias

Curso destinado a diretores em exercício e a professores com o mínimo de 3 anos de experiência docente. Seus objetivos: 1) dar aos diretores em exercício ou em perspectiva, os fundamentos da administração escolar; 2) preparar os diretores para o domínio de métodos, processos e técnicas eficientes de ensino em todas as disciplinas, de forma a que possam compreender, facilitar e complementar ou substituir o trabalho do supervisor.

Foram treinados pelo II Plano de Operações, 536 diretores de escolas primárias. (Ver anexos 1, 2 e 3).

c) Aperfeiçoamento de Professôres e Diretores de Escolas Normais e Centros de Treinamento

Curso destinado a Diretores e Professôres de Escolas Normais ou Centros de Treinamento do Magistério. Seus objetivos: 1) dar uma visão dos problemas educacionais brasileiros e do papel da Escola Normal como instituição destinada à formação adequada e eficaz de professôres primários; 2) aperfeiçoar os cursistas nas disciplinas pedagógicas em face dos objetivos das Escolas Normais e Centros de Treinamento do Magistério.

Foram aperfeiçoados pelo II Plano de Operações, 305 professôres de Escolas Normais e Centros de Treinamento. (Ver anexos 1, 2 e 3).

d) Treinamento de Professôres de Escolas de Aplicação

Curso destinado a professôres primários. Seus objetivos: 1) preparar professôres para escolas primárias de aplicação junto a Escolas Normais do Estado; 2) criar melhores condições de atendimento a professorandas tornando os professôres das escolas de aplicação defensores das melhores técnicas de ensino; 3) conscientização dos professôres de escolas de aplicação do seu papel na formação dos futuros professôres.

O II Plano de Operações preparou e aperfeiçoou 151 professôres de escolas primárias de aplicação. (Ver anexos 1, 2 e 3).

e) Treinamento de Leigos em exercício e Voluntários para o Magistério Primário

Curso destinado a leigos em exercício do magistério primário e/ou a pessoal, ainda não docente, com curso médio de 1º ciclo completo ou incompleto. Seus objetivos: 1) ampliação ou complementação da cultura geral ligada ao conteúdo dos programas de ensino primário; 2) conscientização dos objetivos da educação primária; 3) estudo de métodos e recursos de ensino, planejamento do trabalho escolar, manejo de classe e avaliação do rendimento.

10.
Foram treinados pelo II Plano de Operações 1.402 leigos, dos quais 1.200 concluíram a etapa final dos cursos. Além disso, foram preparados 649 novos professores. Ainda foram treinados 202 leigos em exercício que não chegaram a concluir a última etapa do curso dentro do II Plano de Operações: PB (79) e RS (123). (Ver anexos 1, 2 e 3).

f) Treinamento de Professores de Escolas Unidocentes

Dentro dessa modalidade, foram desenvolvidos três tipos diferentes de cursos.

O primeiro, destinado a professores que tinham sob sua responsabilidade a direção de classes multigraduadas, os quais retornaram às suas classes ao término do curso; o segundo, para professores-supervisores; e o terceiro, visando ao treinamento de preparadores de equipes para supervisão de classes multigraduadas, destinou-se a professores de Didática e Prática de Ensino em escolas normais, delegados ou inspetores de ensino, supervisores e orientadores pedagógicos em âmbito estadual ou municipal. Seus objetivos foram: 1) levar a uma compreensão integrada dos problemas da escola rural dentro do contexto sócio-econômico e cultural do Brasil; 2) estudar a organização e o funcionamento da escola unidocente de classe multigraduada, dentro do referido contexto; 3) estimular a criatividade, para que se apurem técnicas adaptáveis às necessidades peculiares da população das diversas zonas em que se encontram classes multigraduadas.

Foram treinados pelo II Plano de Operações 270 bolsistas em cursos dessa natureza. (Ver anexos 1, 2 e 3).

g) Treinamento de Professores para extensão da escolaridade (5ª e 6ª séries)

Cursos destinados a preparar o professor para atender a uma das metas do Plano Nacional de Educação, de estender a escolarização de quatro para seis anos, "ampliando nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o nas artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade".

Poucos foram, no entanto, os cursos realizados com essa finalidade, considerando-se que as autoridades locais, antes de se voltarem para o problema de expansão das classes de 5ª e 6ª séries, dedicaram-se ao atendimento do preceito constitucional da

obrigatoriedade de 4 anos de ensino primário para a totalidade da população na faixa etária dos 7 aos 14 anos.

Contudo, foram preparados 86 professores para classes de 5ª e 6ª séries. (Ver anexo 1, 2 e 3).

Aproveitamento das bolsas

No todo, receberam treinamento durante o II Plano de Operações sem se considerar as evasões, 4.132 bolsistas. Dêsses, a penas 202 deixaram de concluir, dentro do II Plano de Operações, a etapa final dos cursos que realizavam.

Como a meta era treinar 6.295 bolsistas verificou-se um aproveitamento de 65,6%.

O não aproveitamento total das bolsas decorreu, em parte, da dificuldade das autoridades estaduais em liberar professores e contratar substitutos, principalmente no caso de cursos de duração mais longa.

A realização de cursos em etapas evitaria o problema, mas determinava um aumento nas despesas de transporte dos bolsistas para o local dos cursos e propiciava maior evasão. Por outro lado, contribuiu, também, para tanto, a redução gradual da ajuda do UNICEF, exigindo uma complementação da bolsa pelo Governo Brasileiro, em período coincidente com uma fase de contenção de despesas do MEC.

5. AVLIAÇÃO DO II PLANO DE OPERAÇÕES

Com o objetivo de colher a opinião dos Coordenadores Estaduais, Diretores e Professores de Centros e Cursos que participaram do Projeto, preparou a Coordenação Federal um inquérito para avaliar a programação desenvolvida no período de 1967/68. Foram enviados para os 12 Estados vinculados ao Projeto em 1968, 87 questionários dos quais foram devolvidos 38.

Procurou-se, por intermédio dêsses questionários, levantar opiniões sobre o proveito dos cursos para os bolsistas e os sistemas escolares a que serviram; a introdução de novas técnicas de ensino através do Projeto; a seleção dos bolsistas e a adequação dos currículos.

Por outro lado, tentou-se reunir, através do questionário, sugestões para o reajustamento do Projeto no ano de 1969, no sentido de se determinarem os pontos estratégicos para os quais a assistência técnica e material do Projeto deveria contribuir de forma mais efetiva.

Das respostas recebidas, pôde-se concluir que a maioria considerou os cursos proveitosos para os bolsistas e para os sistemas escolares a que serviam. Muitos informantes justificaram sua conclusão através da avaliação que os próprios professores-bolsistas tiveram oportunidade de fazer com relação aos cursos que realizaram, bem como pelo depoimento de autoridades educacionais a quem os ex-bolsistas estavam subordinados. Afirmaram também que era observável nos bolsistas uma mudança de mentalidade com respeito à educação, uma firme confiança na aplicação de métodos e técnicas modernas, bem como o desejo de crescer profissionalmente.

Embora sem poder precisar até que ponto o Projeto contribuiu para a introdução de novas técnicas de ensino, concordaram os respondentes em que, através dos cursos e da ajuda em termos de equipamento e material didático, o Projeto de fato teve atuação expressiva.

No que se refere à seleção dos bolsistas, houve, de modo geral, manifestações de que a seleção estava sendo deficiente, talvez devido ao número limitado de candidatos às bolsas existentes. Propuseram os informantes que, além do valor intelectual do candidato, verificado através de uma prova, se levasse em conta seu ajustamento emocional, verificado através de entrevista. Sugeriuse que se exigisse do candidato à bolsa, uma carta de recomendação do delegado ou do supervisor, descrevendo as qualificações pessoais do candidato para a função desejada.

Com respeito à programação para 1969, foi proposta a manutenção dos cursos de Formação de Regentes, Formação de Supervisores, Formação de Diretores, Profissionalização de Professores não titulados com Nível Ginásial, Aperfeiçoamento de Professores de Classes Multigraduadas e, ainda, o desenvolvimento dos seguintes: Aperfeiçoamento de Professores de 1ª série, Formação de Orientadores de Grupos Escolares e Atualização de Supervisores. Outra sugestão relevante foi a de que fossem programados encontros entre os responsáveis pelos diferentes cursos e a de que se promovesse constante intercâmbio de idéias, apostilhas, bibliografia, regulamentos etc. entre os Centros de Treinamento.

Consideraram os respondentes que as dificuldades mais frequentemente encontradas no desenvolvimento dos cursos eram criadas pelas deficiências de instalações e demais condições materiais, inclusive a deficiência de material bibliográfico. Dificuldades de transporte e de comunicação foram também apontadas, bem como a dificuldade de recrutamento de candidatos aos cursos. Finalmente, as dificuldades de ordem econômica, acarretadas pelo atraso e/ou redução de verbas, foram uma constante nas respostas.

Segundo, ainda, os que responderam ao questionário, os pontos estratégicos para os quais a assistência técnica e financeira do Projeto poderia voltar-se eram: fornecimento de material didático, escolar e de consumo; completamento das escolas unitárias; treinamento de professores não titulados; recuperação de alunos deficientes durante o período de férias.

As Coordenadoras Estaduais e Diretoras de Curso expressaram suas aspirações de conhecer outros Centros de Treinamento em atividade, receber visitas de técnicos e de professores de outros Centros para troca de experiências, mandar professores dos cursos para estagiarem em instituições educacionais das capitais ou participarem de encontros de professores da mesma área de ensino.

PESQUISA SÔBRE A EFICIÊNCIA DOS CURSOS

A Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do Centro Regional de Pesquisas Educacionais "João Pinheiro", do INEP, em Belo Horizonte, iniciou, em 1969, o planejamento de uma pesquisa para Avaliação dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Educação ministrados durante o II Plano de Operações do Projeto MEC-INEP/UNICEF/UNESCO, cujos objetivos são:

1. Verificar a eficiência dos cursos realizados, em termos de:
 - . aproveitamento profissional do ex-bolsista, através da comparação das funções exercidas anteriormente ao curso com as que deveriam estar exercendo posteriormente ao mesmo.
 - . mobilidade verificada entre os ex-bolsistas aproveitados.
 - . mobilidade verificada entre os ex-bolsistas não aproveitados (em função no campo educacional).

2. Verificar a existência de "bolsistas profissionais" entre as pessoas que realizaram cursos de formação, especialização ou aperfeiçoamento custeados pelo Poder Público.

3. Calcular o custo de cada bolsista para o INEP.

Devido à inexistência de estudos, que pudessem fornecer bases para a realização da pesquisa, resolveu-se desenvolvê-la, primeiramente, numa pesquisa-pilôto, a fim de que se pudesse estabelecer uma metodologia para execução do plano geral da pesquisa.

Constituirá esta pesquisa-pilôto um pré-teste do planejamento geral, fornecendo elementos para uma possível reformulação do plano. Terá seus dados coletados pelo instrumento elaborado para a pesquisa geral. Esse instrumento, um questionário a ser enviado aos bolsistas pelo correio, visa a controlar uma série de variáveis relativas a dados pessoais e profissionais. Antes de ser aplicada na pesquisa-pilôto, o questionário será testado com 30 bolsistas residentes no Estado de Minas Gerais. Vinte serão remetidos pelo correio e dez aplicados pessoalmente.

Na pesquisa-pilôto, a população abrangida serão os ex-bolsistas de 1967 e 1968, que frequentaram cursos na DAP-Belo Horizonte. Na pesquisa-geral abranger-se-ão os ex-bolsistas de 1967 a 1969, que frequentaram os cursos do II Plano de Operações, em todo o Brasil.

O relatório final da pesquisa está previsto para dezembro de 1971.

6. I ENCONTRO DE COORDENADORES E DIRETORES DE CURSOS DO PROGRAMA MEC-INEP/UNICEF/UNESCO

Em janeiro de 1969, a Coordenação Federal fez realizar o I Encontro de Coordenadores e Diretores de Cursos do Programa MEC-INEP/UNICEF/UNESCO, com o objetivo de proporcionar oportunidade para troca de experiências e, ainda, avaliar, cooperativamente, as atividades do II Plano de Operações, desenvolvidas no biênio 1967/68, bem como colher sugestões para reajuste da programação em 1969 e para elaboração do III Plano de Operações, a iniciar-se em 1970.

O Encontro realizou-se no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), do INEP, no Rio, de 20 a 24 de janeiro de 1969.

Constaram do temário os seguintes tópicos:

- . Avaliação das atividades desenvolvidas no biênio 1967/68. Análise dos problemas, reivindicações e sugestões apresentadas no questionário de avaliação.
- . Diretrizes a serem adotadas no desenvolvimento das atividades previstas para o ano de 1969.
- . Avaliação dos currículos desenvolvidos no período 67/68. Análise visando à reformulação, e possível adoção de um núcleo comum de conteúdos básicos, resguardada a devida flexibilidade.
- . Informação sobre programas desenvolvidos pelo INEP, ou outros órgãos governamentais com os quais pudesse o Programa MEC-INEP/UNICEF/UNESCO articular-se direta ou indiretamente: Operação-Escola (INEP/IPEA); seleção, avaliação e utilização de livros-texto para a Escola Primária (COLTED); Treinamento de Leigos (PAMP).

A abertura do Encontro foi presidida pelo Dr. Carlos Correa Mascaro, Diretor do INEP.

A agenda de trabalhos foi totalmente cumprida e houve grande entusiasmo dos participantes pelas atividades dos grupos de discussão.

Ao longo do Encontro, Coordenadoras e Diretoras de Cursos foram entrevistadas individualmente pelo Dr. J.M. Plana-Sala, Perito da UNESCO, Assessor do Projeto. Entrevistados e entrevistador consideraram a oportunidade de contato pessoal como de grande valia, permitindo a expressão de dificuldades, sucessos e aspirações, muitos dos quais deram origem a recomendações finais do Encontro.

Dando cumprimento, ainda, a um dos itens constantes do temário do Encontro, representantes de órgãos governamentais com os quais o Projeto direta ou indiretamente se articulava, abordaram os seguintes temas:

- . "Atividades do PAMP" - Prof. Marcílio Augusto Velloso, do PAMP
- . "Atividades da COLTED" - Profa. Rosa Stepanenko e Profa. Margarida F. da Costa, da COLTED.
- . "Operação-Escola" - Profa. Lúcia Marques Pinheiro, do INEP.

Precedendo a apresentação do tema "Operação-Escola", o Dr. Arlindo Lopes Corrêa, do IPEA, fez uma exposição sobre "Educação para o Desenvolvimento", de forma a situar a Operação-Escola como projeto prioritário do Programa Estratégico de Desenvolvimento, na área educacional.

O Prof. Édson Franco, Secretário Geral do MEC, trouxe informes extra-programa sobre o sistema de Coordenação do MEC, dentro do esquema da Reforma Administrativa do Ministério da Educação e Cultura.

Ao final do Encontro, foram levadas aos participantes informações sobre o UNICEF pelos seus Representantes no Brasil, Sra. Alice Shaffer e Sr. René Cruz, bem como informações sobre a UNESCO, apresentadas pelo Perito Dr. Plana-Sala.

A Coordenação Federal preparou e distribuiu um breve questionário de avaliação do Encontro o qual foi respondido por participantes e observadores. A maioria dos respondentes admitiu que o Encontro proporcionou melhor visão do momento educacional brasileiro e de formas de ação para superar problemas em sua área específica.

Do quanto foi discutido durante o período de trabalhos, resultaram após votação, as recomendações que se seguem:

- 1 - Seja solicitado aos Secretários de Educação que a seleção preliminar dos bolsistas seja feita pela Secretaria de Educação em íntima colaboração com a encarregada do Projeto MEC-INEP/UNICEF/UNESCO no Estado.
- 2 - Somente sejam encaminhados bolsistas aos cursos de âmbito federal que realmente interessem aos Estados.
- 3 - Seja promovida maior divulgação dos cursos do INEP, das condições das bolsas e da natureza das atividades para as quais se vão preparar os bolsistas (publicando em Diários Oficiais, por exemplo).
- 4 - Não seja permitido a inscrição para nova bolsa de estudos a ex-bolsista que tenha retornado ao trabalho, em seu Estado, há menos de 2 anos.
- 5 - Sejam os bolsistas bem informados em seu Estado, ao se ausentarem para se beneficiarem da bolsa, sobre o que se faz, no âmbito estadual, no campo de atividade em que deverão atuar após o regresso.

- 6 - Seja promovida, pela Secretaria de Educação, uma reunião com os bolsistas, antes destes se ausentarem do Estado, a fim de esclarecer como serão aproveitados e quais serão suas atribuições se tiverem bom aproveitamento no curso.
- 7 - Seja criado no INEP, ou nos CRPE, um "staff" para acompanhamento dos ex-bolsistas.
- 8 - Seja renovada, anualmente, a portaria de designação da encarregada estadual do Projeto para, eventualmente, tornar conhecida sua função por novos Secretários de Educação.
- 9 - Seja publicado, pela Coordenação Geral, um boletim trimestral que divulgue assuntos educacionais de interesse do Projeto e promova troca de experiências entre os diferentes CTMs e cursos.
- 10 - Seja racionalizada a programação dos cursos ministrados nos diferentes Estados, visando a sistematização de nomenclatura e buscando a organicidade de ação em termos de realidade nacional em suas dimensões regionais e estaduais.
- 11 - Seja promovida uma reunião das Coordenadoras envolvidas na formação de Professores-Supervisores, para prosseguimento do trabalho de análise de currículos e programação dos Cursos, com o fim de se chegar à elaboração de um núcleo comum.
- 12 - Sejam promovidos encontros periódicos dos professores encarregados do planejamento e execução, por áreas de ensino, dos vários cursos do INEP, para análise de problemas comuns e troca de experiências.
- 13 - Seja divulgada a filosofia e mecanismo de funcionamento de UNICEF e UNESCO, entre os Secretários de Educação, Coordenadores etc.
- 14 - Sejam levados os Governos Estaduais a reconhecer a necessidade de regulamentar o Serviço de Supervisão do Ensino, definindo atribuições, vinculações administrativas etc.
- 15 - Sejam levados os Governos Estaduais a valorizar e reconhecer legalmente os cursos de Capacitação de Professores para efeito de concessão dos títulos de Regente ou Professor Primário, bem como de aproveitamento nos quadros oficiais.
- 16 - Sejam envidados esforços no sentido de possibilitar debate entre alunos de Escolas Normais, e educadores em geral, acerca da reprovação, da repetência e da evasão no contexto educacional brasileiro.

Aspectos positivos do Projeto

- . A coleta de opiniões coincide no sentido de que os cursos contribuíram positivamente para a melhoria gradual dos sistemas escolares a que serviram.
- . Muitas funções técnicas, especialmente de órgãos de supervisão do ensino e orientação pedagógica das Secretarias Estaduais de Educação e Centros de Treinamento do Magistério estão sendo exercidas por egressos dos cursos.
- . Pode-se considerar que métodos e técnicas de trabalho puderam ser atualizados ou aperfeiçoados.

Principais dificuldades apontadas

- . Deficiência de instalações e condições materiais
- . Dificuldades no recrutamento do corpo docente para os Centros.
- . Atraso no pagamento ou insuficiente remuneração do pessoal a serviço do Projeto.

7. ATIVIDADES DA COORDENAÇÃO FEDERAL DO PROJETO

Além da coordenação técnico-administrativa geral das atividades do Projeto, incluindo planejamento e divulgação dos cursos programados, e a seleção dos bolsistas, coube à Coordenação Federal do Projeto fazer o acompanhamento e a avaliação in-loco dos cursos, tendo contado, para isso, com a colaboração dos Peritos da UNESCO que assessoraram o Projeto e dos Coordenadores Estaduais.

A Coordenação deslocou-se, constantemente, para os locais de realização dos cursos, observando-os e mantendo com as autoridades locais os entendimentos que se fizeram necessários ao completo desenvolvimento do Projeto.

Coube, ainda, à Coordenação Federal:

- o intercâmbio com as agências internacionais contratantes do Acôrd e a assistência aos peritos da UNESCO destacados para assessorar o Projeto;

- o planejamento, a coordenação e o controle da distribuição dos equipamentos e materiais didáticos fornecidos pelo UNICEF;
- o controle da distribuição dos estipêndios para bolsas de estudos doados por UNICEF, bem como o exame e o encaminhamento das prestações de conta;
- a participação em reuniões com representantes da UNESCO, UNICEF, IPEA, SUDAM, SUDECO e Secretarias Estaduais de Educação para definir os objetivos, a estratégia e o Plano de Operações, a ser desenvolvido na área de atuação SUDAM/SUDECO, no período 1970/73;
- a coleta de informações, o levantamento e a análise de dados relativos aos Estados e Territórios abrangidos pelo III Plano de Operações, com o objetivo de diagnosticar a situação existente e estabelecer um plano de ação;
- a elaboração do anteprojeto do III Plano de Operações;

No período 1968/1969, a Coordenação Federal visitou, a serviço do Projeto, os seguintes Estados:

- Amazonas: Secretaria Estadual de Educação, Instituto de Educação, Faculdade de Filosofia da Universidade do Amazonas e Curso de Capacitação de Regentes de Ensino (Convento do Preciosíssimo Sangue).
- Espírito Santo: Centro de Treinamento de Colatina; Cursos avulsos de Vitória.
- Goiás: Secretaria Estadual de Educação, Escritório da SUDECO, em Goiânia, Coordenação Estadual do Projeto, Centro de Treinamento de Catalão, Centro de Treinamento de Inhumas e Centro de Treinamento de Morrinhos.
- Mato Grosso: Secretaria Estadual de Educação, Coordenação Estadual do PNE, CTM de Cuiabá (em início de construção), Instituto de Ciências e Letras, Curso de Formação de Regentes de Ensino (CTM de Coxipó da Ponte).
- Pará: Secretaria Estadual de Educação, Departamento de Recursos Humanos da SUDAM e Centro de Treinamento de Professores, de Belém.
- Paraná: Curso de Supervisores (Casa da Criança) e Centro de Treinamento de Curitiba.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
PROJETO CONJUNTO MEC-INEP/UNICEF/UNESCO
II PLANO DE OPERAÇÕES - 1967/1969

TREINAMENTO EM 1967, 1968 e 1969

ANEXO 1

A) TREINAMENTO EM 1967

C U R S O S	L O C A L	DURAÇÃO (meses)	BOLSISTAS TÉRMINO DO CURSO OU ETAPA	FINANCIAMENTO (G\$)			
				UNICEF	INEP	(*)ESTADO	TOTAL
I - SUPERVISORES							
1. Formação de Professor Supervisor	Colatina - ES	9	64	43.200	54.877	-	98.077
2. " " " "	Curitiba - PR	9	66	51.930	90.000	-	141.930
3. " " " "	Inhumas - GO	9	53	40.000	84.596	-	124.596
4. " " " "	Sapé - PB	9	35	25.680	70.017	-	95.697
T O T A L	-	-	218	160.810	299.490	-	460.300
II - III - IV - DIRETORES							
5. Aperf. de Diretores de Escola Primária	Curitiba - PR	4	24	8.550	-	-	8.550
6. " " " " " "	Natal - RN	3	116	22.320	29.000	-	51.320
7. " " " " " "	Sapé - PB	4	25	8.000	10.000	-	18.000
8. " " " " " "	Vitória - ES	5	18	8.100	26.000	-	34.100
T O T A L	-	-	183	46.970	65.000	-	111.970
V - PROFESSORES E DIRETORES DE ESCOLAS NORMAIS							
9. Aperf. de Professores de Escolas Normais	B. Horizonte - MG	9 1/2	57	42.800	489.006	-	531.806
10. Treinamento de Professor para Escolas de Aplicação anexas às Escolas Normais	Vitória - ES	4 1/2	30	12.150	15.000	-	27.150
T O T A L	-	-	87	54.950	504.006	-	558.956
VI - PROFESSORES LEIGOS							
11. Prep. de Prof. de Emergência (1º curso, 3ª etapa)	Alagoa Grande - PB	3	(**) 76	-	-	-	-
12. Prep. de Prof. de Emergência (2º curso, 3ª etapa)	Alagoa Grande - PB	3	(**) 83	18.800	86.100	-	104.900
13. Prep. de Prof. de Emergência (3º curso, 2ª etapa)	Alagoa Grande - PB	3	(**) 77	-	-	-	-
14. Prep. de Prof. de Emergência (1º curso, 3ª etapa)	Souza - PB	3	(**) 79	-	-	-	-
15. Prep. de Prof. de Emergência (2º curso, 3ª etapa)	Souza - PB	3	(**) 86	20.560	90.500	-	111.060
16. Prep. de Prof. de Emergência (3º curso, 2ª etapa)	Souza - PB	3	(**) 92	-	-	-	-
17. Treinamento de Leigos	Colatina - ES	5	24	9.225	10.000	-	19.225
18. Treinamento de Leigos e Formação de Regentes	Cuiabá - MT	9	91	71.440	68.077	-	139.517
T O T A L	-	-	(***) 608	120.025	254.677	-	374.702
VII - VIII - NOVOS PROFESSORES							
19. Formação de Professores	Catalão - GO	10	31	24.800	-	-	24.800
20. Formação de Professores	Morrinhos - GO	10	34	27.200	-	-	27.200
T O T A L	-	-	65	52.000	-	-	52.000
IX - X - MESTRE ÚNICO E PROFESSORES DE 5ª e 6ª SÉRIES							
21. Preparação de Professores para Escolas de "Mestre Único"	Ibirité - MG	2	39	5.200	26.002	-	31.202
22. Treinamento de Professores para Extensão da Escolaridade (5ª e 6ª séries)	Vitória - ES	4	31	11.160	15.000	-	26.160
T O T A L	-	-	70	16.360	41.002	-	57.362
T O T A L G E R A L (***)							
-	-	-	1.231	451.115	1.164.175	-	1.615.290

FONTE: Serviço de Assistência Técnica
OBSERVAÇÃO: (*) Dados insuficientes para discriminar a contrapartida. (**) Participantes de etapas não finais do curso.
(***) Incluídos 493 participantes de etapas não finais.

B) TREINAMENTO EM 1968

ANEXO 1

CURSOS	LOCAL	DURAÇÃO (meses)	BOLSISTAS TÉRMINO DO CURSO OU ETAPA	FINANCIAMENTO (Cr\$)			
				UNICEF	FINEP	(* EMPAHO)	ESTAD.
I - SUPERVISORES							
1. Formação de Professor Supervisor	Colatina - ES	9	55	33.640	77.333	16.560	127.533
2. Formação de Professor Supervisor	Curitiba - PR	10	30	20.168	91.881	-	112.049
3. Formação de Professor Supervisor	Inhumas - GO	10	82	58.032	138.170	47.040	243.242
4. Aperfeiçoamento de Professores-Supervisores	Manaus - AM	2,6	29	6.624	49.380	-	56.004
5. Formação de Professor Supervisor	P.Alegre - RS	8	28	16.056	57.849	-	73.905
6. Formação de Professor Supervisor	P.Alegre - RS	6	28	11.880	16.740	-	28.620
T O T A L	-	-	252	146.400	431.353	63.600	641.353
II - III - IV - DIRETORES							
7. Aperfeiçoamento de Diretores de Esc.Primár.	Sape - PB	5	78	28.440	136.280	12.640	177.360
8. Aperfeiçoamento de Diretores e Orientadores da Escolas Primárias	Belém - PA	4	80	23.040	-	-	23.040
9. Aperfeiçoamento de Diretores de Esc.Primár.	Maceió - AL	8,5	69	41.976	93.464	-	135.440
T O T A L	-	-	227	93.456	229.744	12.640	335.840
V - PROFESSORES E DIRETORES DE ESCOLAS NORMAIS							
10. Aperfeiçoamento de Professor de Esc.Normais	B.Horizonte-MG	9,5	73	45.792	421.576	-	467.368
11. Treinamento de Professores para Escolas de Aplicação anexas as Escolas Normais	Natal - RN	6	22	9.504	25.120	-	34.624
12. Formação de Professores de Prática de Ensino	Rio - GB	8,5	28	16.776	117.041	-	133.817
13. Treinamento de Professores para Escolas de Aplicação	Vitória - ES	5	69	23.976	46.490	15.180	85.646
T O T A L	-	-	192	96.048	610.227	15.180	721.455
VI - PROFESSORES LEIGOS							
14. Formação de Regentes de Ensino Primário	Júlio de Casti- lhos - RS	3,2	102	25.200	-	-	25.200
15. Preparação de Professores de Emergência (1º curso, 4ª etapa)	Alagoa Grande - PB	3	67	-	-	-	-
16. Preparação de Professores de Emergência (2º curso, 4ª etapa)	Alagoa Grande - PB	3	76	15.048	144.599	16.224	175.871
17. Preparação de Professores de Emergência (3º curso, 3ª etapa)	Alagoa Grande - PB	3	(**) 66	-	-	-	-
18. Preparação de Professores de Emergência (1º curso, 4ª etapa)	Souza - PB	3	74	-	-	-	-
19. Preparação de Professores de Emergência (2º curso, 4ª etapa)	Souza - PB	3	82	16.920	147.874	14.469	179.263
20. Preparação de Professores de Emergência (3º curso, 3ª etapa)	Souza - PB	3	(**) 87	-	-	-	-
21. Treinamento de Leigos e Formação de Regentes	Cuiabá - MT	9,5	104	71.280	108.900	59.889	240.069
T O T A L	-	-	(***) 658	128.448	401.373	90.582	620.403
VII - VIII - IX - NOVOS PROFESSORES E MESTRE ÚNICO							
22. Formação do Professor de Ensino	Catalão - GO	10	40	28.800	14.040	90.420	133.260
23. Formação do Professor de Ensino	Morrinhos-GO	10	36	26.280	-	70.420	96.700
24. Formação de Regentes de Ensino	Propria - SE	8	82	47.376	23.000	-	70.376
25. Formação de Regentes de Ensino	Salvador-BA	9	75	46.800	127.639	-	174.439
26. Capacitação de Normalistas de 1º ciclo	Manaus - AM	8	60	55.170	65.000	-	120.170
27. Prop. de Professores para Classes de "M. Único"	B.Horizonte-MG	3	79	17.064	69.747	-	86.811
28. " " " " " " " " " " " "	Colatina - ES	3	25	12.960	29.688	16.560	59.208
29. " " " " " " " " " " " "	Colatina - ES	2,5	41	-	-	-	-
30. " " " " " " " " " " " "	Cuiabá - MT	9	24	15.480	11.048	59.888	86.416
31. " " " " " " " " " " " "	Sape - PB	3,2	26	6.048	13.286	12.640	31.974
T O T A L	-	-	488	255.978	353.448	249.928	859.354
X - PROFESSORES DE 5ª e 6ª SÉRIES							
32. Treinamento de Professores para 5ª e 6ª series	Vitória - ES	8	30	17.280	19.674	27.600	64.554
33. Treinamento de Professores para 5ª e 6ª series	Fortaleza-CE	8	25	14.400	47.820	-	62.220
T O T A L	-	-	55	31.680	67.494	27.600	126.774
T O T A L G E R A L							
-	-	-	(***) 1.872	752.016	2.093.639	459.530	3.305.179

FONTE: Serviço de Assistência Técnica
 OBSERVAÇÃO: (*) Dados disponíveis, relativos a despesas com o pessoal estadual à disposição dos cursos.
 (**) Participantes de etapas não finais do curso.
 (***) Incluídos 153 participantes de etapas não finais.

C) TREINAMENTO EM 1969

ANEXO 1

C U R S O S	L O C A L	DURAÇÃO (meses)	BOLSISTAS TERMINO DO CURSO OU ETAPA	FINANCIAMENTO (Cr\$)			
				UNICEF	INEP	ESTADO	TOTAL
I - SUPERVISORES							
1. Formação de Professor Supervisor	Sapé - PB	8,5	35	18.010	130.300	54.000	202.310
2. " " " "	Inhumas - GO	9	77	42.180	152.996	65.190	260.366
3. " " " "	Colatina - ES	9	52	28.620	113.418	72.036	214.074
4. " " " "	Curitiba - PR	8	36	18.252	52.320	52.000	122.572
5. " " " "	P. Alegre - RS	8	28	13.020	60.108	-	73.128
6. Formação de Orientadores de Ensino	Vitória - ES	8	35	16.620	16.800	89.130	122.550
T O T A L	-	-	263	136.702	525.942	332.356	995.000
II - III - IV - DIRETORES							
7. Aperfeiçoamento de Diretores de Esc. Primária	Maceló - AL	8,5	57	28.718	79.460	55.837	164.015
8. Aperfeiçoamento de Diretores de Esc. Primária	Belém - PA	4	69	20.196	-	-	20.196
T O T A L	-	-	126	48.914	79.460	55.837	184.211
V - PROFESSORES E DIRETORES DE ESCOLAS NORMAIS							
9. Aperfeiçoamento de Diretores de Esc. Normais	B. Horizonte - MG	8	102	50.832	359.455	-	410.287
10. Treinamento de Professores para Escolas de A plicação anexas as Escolas Normais	Vitória - ES	5	30	9.000	9.000	55.000	73.000
11. Formação de Professores de Prática de Ensino (com ênfase em Orientação de 1ª série)	Rio - GB	6	45	16.800	124.217	-	141.017
T O T A L	-	-	177	76.632	492.672	55.000	624.304
VI - PROFESSORES LEIGOS							
12. Formação de Regentes de Ensino Primário (2º curso)	Júlio de Casti- lhos - RS	3,2	101	20.879	-	-	20.879
13. Formação de Regentes de Ensino Primário (3º curso)	Júlio de Casti- lhos - RS	3,2	80	16.000	-	-	16.000
14. Formação de Regentes de Ensino Primário (4º curso)	Júlio de Casti- lhos - RS	3,2	90	17.840	-	-	17.840
15. Formação de Regentes de Ensino Primário (5º curso)	Júlio de Casti- lhos - RS	3,2	98	19.860	-	-	19.860
16. Profissionalização de Professores Leigos	Passo Fundo - RS	1,8	(*) 27	3.456	-	-	3.456
17. Profissionalização de Professores Leigos	São Leopoldo - RS	1,8	(*) 96	12.960	-	-	12.960
18. Prop. Professores de Emergência (3º cur. - Bel.)	Alagon Grande - PB	3	61	10.980	30.500	18.000	59.480
19. Prop. Profs. de Emergência (4º cur. 1ª e 2ª etap.)	Alagon Grande - PB	6	(*) 46	18.088	125.320	36.000	179.408
20. Prop. Profs. de Emergência (3º curso - 4ª etap.)	Souza - PB	3	86	15.660	35.100	18.000	68.760
21. Prop. Profs. de Emergência (4º cur. 1ª e 2ª etapas)	Souza - PB	6	(*) 33	14.210	122.260	36.000	172.470
22. Treinamento de Leigos e Form. de Regentes	Cuiabá - MT	9	64	39.570	122.562	59.888	222.020
T O T A L	-	-	(***) 782	189.503	435.742	167.888	793.133
VII - VIII - NOVOS PROFESSORES							
23. Formação de Regentes de Ensino Primário	Salvador - BA	9,5	72	41.940	110.060	-	152.000
24. Formação de Professores de Ensino Primário	Morrinhos - GO	9	43	23.442	20.250	33.920	77.612
25. Formação de Professores de Ensino Primário	Catalão - GO	9	46	25.404	21.600	45.990	92.994
26. Formação de Regentes de Ensino Primário	Propriá - SE	9	70	39.020	39.960	79.200	158.180
27. Capacitação de Normalistas de 1º ciclo	Manaus - AM	9	60	32.940	106.692	-	139.632
T O T A L	-	-	291	162.746	298.562	159.110	620.418
IX - MESTRE ÚNICO							
28. Treinamento de Preparadores de Equipes para Supervisor de Professores de Classes Multi- graduadas	Inhumas - GO	1,5	36	3.240	49.292	-	52.532
T O T A L	-	-	36	3.240	49.292	-	52.532
T O T A L G E R A L							
-	-	-	(***) 1.675	617.737	1.881.670	770.191	3.269.598

FONTE: Serviço de Assistência Técnica

OBSERVAÇÃO: (*) Participantes de etapas não finais.

(**) Incluídos 202 participantes de etapas não finais.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
 PROJETO CONJUNTO MEC-INEP/UNICEF/UNESCO
 II PLANO DE OPERAÇÕES - 1967/1969

ANEXO 2

LOCALIZAÇÃO	BOLSISTAS CONCLUÍNTES			
	1967	1968	1969	TOTAL
I - SUPERVISORES				
Colatina - ES	64	55	52	171
Curitiba - PR	66	30	36	132
Inhumas - GO	53	82	77	212
Mangus - AM	-	(1) 29	-	29
Sape - PB	35	-	35	70
Porto Alegre - RS	-	56	28	84
Vitoria - ES	-	-	(2) 35	35
T O T A L	218	252	263	733
II - DIRETORES				
Belém - PA	-	80	69	149
Curitiba - PR	24	-	-	24
Maceio - AL	-	69	57	126
Natal - RN	116	-	-	116
Sape - PB	25	78	-	103
Vitoria - ES	18	-	-	18
T O T A L	183	227	126	536
III - PROFESSORES E DIRETORES DE ESCOLAS NORMAIS				
Belo Horizonte - MG	57	73	102	232
Natal - RN (3)	-	22	-	22
Rio de Janeiro - GB	-	28	45	73
Vitoria - ES (3)	30	69	30	129
T O T A L	87	192	177	456
IV e V - TREINAMENTO DE LEIGOS E NOVOS PROFESSORES				
Alagoa Grande - PB	-	143	61	204
Catalão - GO (4)	31	40	46	117
Colatina - ES	24	-	-	24
Cuiabá - MT	91	104	64	259
Julio de Castilhos - RS	-	102	369	471
Manaus - AM (4)	-	60	60	120
Morrinhos - GO (4)	34	36	43	113
Propria - SE (4)	-	82	70	152
Salvador - BA (4)	-	75	72	147
Souza - PB	-	156	86	242
T O T A L	180	798	(*) 871	(*) 1.849
VI - MESTRE ÚNICO				
Belo Horizonte - MG	-	79	-	79
Colatina - ES	-	66	-	66
Cuiabá - MT	-	24	-	24
Ibirite - MG	39	-	-	39
Inhumas - GO	-	-	36	36
Sape - PB	-	26	-	26
T O T A L	39	195	36	270
VII - PROFESSORES DE 5ª e 6ª SÉRIES				
Fortaleza - CE	-	25	-	25
Vitoria - ES	31	30	-	61
T O T A L	31	55	-	86
T O T A L G E R A L	738	1.719	(*) 1.473	(*) 3.930

FONTE: Serviço de Assistência Técnica - INEP.

OBSERVAÇÃO: (*) Não incluídos 202 leigos que ainda completarão as etapas finais dos cursos.

NOTAS: (1) Aperfeiçoamento de Professor Supervisor. (2) Orientador de Ensino.
 (3) Professor de Escolas de Aplicação. (4) Novos professores.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
 PROJETO CONJUNTO MEC-INEP/UNICEF/UNESCO
 II PLANO DE OPERAÇÕES - 1967/1969

ANEXO 3 - CONCLUSÕES DE CURSO POR MODALIDADE E PROCEDÊNCIA DO BOLSISTA

Nº DE ORDEM	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ENSINO PRIMÁRIO																				ENSINO NORMAL									TOTAL GERAL				Nº DE ORDEM			
		I-SUPERVISORES				II-DIRETORES				IV - V - VI - VII - PROFESSORES												III-PROFESSORES E DIRETORES									1967	1968	1969	TOTAL				
										LEIGOS			NOVOS			MESTRE-ÚNICO			DE 5ª e 6ª SÉRIE			CURSO NORMAL			ESCOLA DE APLICAÇÃO													
		67	68	69	TOTAL	67	68	69	TOTAL	67	68	69	TOTAL	67	68	69	TOTAL	67	68	69	TOTAL	67	68	69	TOTAL	67	68	69	TOTAL	67	68	69	TOTAL					
1	RO	-	5	3	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	2	3	-	-	-	-	1	5	6	12	1					
2	AC	1	5	5	9	-	-	-	-	-	-	-	-	4	10	14	2	-	1	3	-	6	3	3	12	-	-	-	-	9	10	19	38	2				
3	AM	13	31	2	46	-	-	-	-	-	-	-	-	56	43	99	2	-	5	7	-	7	10	5	22	-	-	-	-	22	97	55	174	3				
4	RR	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	-	2	-	2	-	2	1	1	4	-	-	-	-	2	3	9	14	4				
5	PA	7	-	-	7	-	80	69	149	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	-	2	-	9	11	-	-	-	-	13	80	78	171	5					
6	AP	-	-	8	4	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	3	-	2	5	-	-	-	3	8	7	18	6					
7	MA	5	4	8	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2	7	-	-	3	4	3	10	-	-	-	8	13	13	34	7					
8	PI	18	4	7	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	18	4	10	32	8					
9	CE	8	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	5	-	25	-	6	7	-	-	-	-	8	29	8	45	9					
10	RN	2	2	14	18	116	-	-	116	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	5	12	17	-	22	-	118	29	27	174	10						
11	PB	30	-	6	36	25	78	-	103	-	299	147	446	-	-	-	5	26	2	33	-	7	7	7	21	-	-	67	410	162	639	11						
12	PE	-	9	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	2	5	7	-	-	-	-	11	7	18	12	12				
13	AL	-	7	8	15	-	69	57	126	-	-	-	-	-	-	-	6	1	7	-	-	-	4	8	12	-	-	-	-	86	74	160	13					
14	SE	6	4	12	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82	70	152	-	-	2	2	-	5	4	9	-	-	-	6	91	88	185	14					
15	BA	15	22	12	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75	72	147	-	-	-	-	-	6	6	7	19	-	-	21	103	91	215	15					
16	ES	21	30	56	107	18	-	-	18	24	-	-	24	-	-	-	6	52	6	64	31	30	-	61	7	5	6	18	30	69	30	129	137	186	98	421	16	
17	MG	1	-	7	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	44	-	49	-	-	12	21	33	-	-	6	56	28	90	17	17	17	17	17		
18	RJ	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	-	-	-	-	2	-	7	9	18	18	18			
19	GB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	1	1	1	19	19	19		
20	SP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6	-	-	-	-	-	-	6	6	6	6	20	20		
21	PR	38	26	28	92	24	-	-	24	-	-	-	-	-	-	-	6	4	-	10	-	-	6	2	8	-	-	68	36	30	134	21	21	21	21			
22	SC	28	10	8	46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	8	-	12	-	9	6	8	23	-	-	41	24	16	81	22	22	22	22			
23	RS	-	56	28	84	-	-	-	-	-	102	369	471	-	-	-	-	15	3	18	-	-	2	2	4	-	-	-	175	402	577	23	23	23	23			
24	MT	-	4	-	4	-	-	-	-	91	104	64	259	-	-	-	5	24	3	32	-	-	3	5	8	-	-	96	135	72	303	24	24	24	24			
25	GO	23	27	54	104	-	-	-	-	-	65	76	89	230	-	-	-	6	4	10	-	-	4	18	10	32	-	-	92	127	157	376	25	25	25			
26	DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3	-	-	-	-	1	2	3	3	26	26	26		
27	BRASIL	218	252	263	733	183	227	126	536	145	505	580	1200	65	293	291	649	39	195	36	270	31	55	-	86	57	101	147	305	30	91	30	151	738	1719	1473	3930	27

FONTE: Serviço da Assistência Técnica - INEP

OBSERVAÇÃO: (*) Não incluídos 123 leigos do RS e 79 da PE que ainda completarão as etapas finais dos cursos.

